



Ilma. Sra.

ALVA ROSA LANA VIEIRA

Coordenadora do FOREEIA – Fórum de Educação Escolar e  
Saúde Indígena do Amazonas.

Com cópias para: Dr. Fernando Merlotto Soave - MPF

Prof. Alcilei Vale, Coordenador de Educação  
Indígena - SEDUC

Manaus – AM

Eirunepé, 13 de outubro de 2021.

Vimos através deste, esclarecer sobre a realidade educacional indígena, dos Kulina e Kanamari, no município de Eirunepé-AM.

Desde que o governo atual, o prefeito Raylan Barroso assumiu em 2017, em seu primeiro mandato a educação indígena, vem sendo desvalorizada e totalmente abandonada, no município

A contratação era realizada em abril e recebiam a partir de maio até dezembro. Este tramite, na educação, era certo para os 4(quatro) anos do mandato, sem que os indígenas, ribeirinhos, professores e funcionários urbanos, passassem por constrangimento e humilhação para pedir por uma vaga que já lhes pertenciam. Atualmente esta tem sido a realidade dos educadores indígenas e não indígenas, que por não serem concursados, dependem de contrato anual.

Em 2019, não houveram contratações, com a desculpa da pandemia, e no ano de 2020 somente nos últimos três meses (outubro, novembro e dezembro), no período da eleição, que os salários foram debitados em conta, mas, no entanto, sem o recebimento do material didático e merenda escolar. Em 2021, só

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526



fizeram as matriculas depois de muita pressão dos indígenas, porém no mês de agosto. Com a justificativa de que as áreas indígenas estavam fechadas para entrada de não índios. Na verdade, a SEMEC não elaborou nenhuma estratégia para que estas matriculas fossem feitas. Ainda assim, quase metade dos professores e merendeiras não foram contratados, sem que o coordenador e o Secretário da Educação, Junior Lacerda, dê uma explicação plausível, para não terminar de fazer o levantamento dos alunos nas aldeias, sem o qual os professores não recebem. No entanto, para a maioria dos professores e merendeiras, o primeiro salário pago, está sendo no mês de outubro com previsão até o dia 15 de dezembro, sem decimo terceiro e férias. E os não contratados, não se tem ideia se receberão neste ano vigente.

Da mesma forma, os indígenas não recebem materiais didático-pedagógico e utensílios, desde 2018, a maioria das aldeias não tem nenhum material didático, sendo que o material fornecido neste ano de 2021 fazem volume na sala da coordenação indígena e não vão para as aldeias, esperando liberação do secretário, Senhor Junior Lacerda, que por sua vez, diz esperar liberação do senhor prefeito: Raylan Barroso.

Outro fator importante é que os textos escritos pelos indígenas (Histórias, mitos etc.), para serem publicados, dão lugar aos livros feitos pela missão Novas Tribos e ou pelo Coordenador João Luiz Ferreira, desvalorizando totalmente a produção dos Madiha e Tüküna.

Um outro fator a ser denunciado é a compra da merenda escolar pela secretaria municipal de educação através do programa da agricultura familiar- IDAM-Em, que não receberam nenhuma das vendas realizadas pelos Tüküna do rio Itucumã e Igarapé Três Bocas.

Apesar do montante recebido pelo FNDE, para a construção de escolas nas aldeias indígenas, apropriadas para a região, como foi





acordado na reunião em 12 abril de 2018, pelos órgãos presentes: MPF, FUNAI Brasília, Ministério da Desenvolvimento,, Governo Municipal na pessoa do prefeito Raylan Barroso, os representantes indígenas: Madiha Erondina (Amorrerre) Araujo e Tüküna Anewi Carlos Kanamari, até o momento nenhuma escola foi construída e as que foram construídas, em outras gestões, estão totalmente deterioradas.

Em síntese não existe escolas para o funcionamento das aulas nas aldeias, assim como não existe materiais e utensílios para merenda: mesas, cadeiras, quadros, panelas, pratos, canecas, filtro e/ou bebedouro, fogão ou qualquer outro bem para que esteja adequado à realização das aulas.

Em vários momentos, solicitamos ao prefeito e ao Secretário de Educação, a previsão para Construção das Escolas em madeira para comunidade e Construção das Escolas de Alvenarias com recursos da União. Mas não obtivemos respostas.

Pedimos ao FOREEIA, que se possível, nos possibilite esclarecimentos sobre o valor que vem para a Educação Indígena no município de Eirunepé - Amazonas, para podermos acompanhar a devida aplicação das verbas recebidas pela prefeitura e Secretaria de Educação.

Neste governo foram retirados os indígenas da Coordenação Geral de Educação Indígena e entregue a um não indígena o Senhor João Luiz Ferreira. Não cabe mais aos indígenas as decisões e execuções das ações referentes a educação indígena. Estão atualmente, sub julgados a esta coordenação. A justificativa, do atual governo, é que "os indígenas não têm competências, por não serem graduados", isto apesar dos indígenas terem decidido em Assembleia Geral, os coordenadores para desempenharem esta função: dois Madiha e dois Tüküna.

Atualmente estão contratados na Coordenação de Educação Indígena, em Eirunepé, além do coordenador não indígena João

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526





Luiz Ferreira, apenas três(3) indígenas: Maria Marlene Martins de Araujo (Madiha-Kulina) (março/2021), Kadji Josiel Kanamari e Anewi Carlos Kanamari (agosto/2021).

Apesar das constantes solicitações e pedidos de mesas e cadeiras para o Secretário, na sala da Coordenação de Educação Indígena, os indígenas trabalham sem conforto. Trabalham sentados em livros, mesas improvisadas etc. Além do mais, não é permitido a nós indígenas ter acesso a dados dos alunos, dos professores ou qualquer outra documentação que o coordenador e o secretário julguem sigiloso ou por negligência qualquer informação, que na verdade, deveria ser pública, principalmente aos professores e os indígenas contratados para a sala da Coordenação na SEMEC.

Outro fator importante, é que não existe legalizado na SEMEC e/ou no Município, a Coordenação de Educação Escolar Indígena, o que abre precedente para contratações indevidas aos cargos criados e existentes, que deveriam ser: Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, 4 Coordenadores de Área, ocupados, atualmente e indevidamente por não indígenas. Os indígenas contratados em outros diferentes cargos, que não lhes são esclarecidos, recebem apenas um salário mínimo, além de não saberem a função que devem desempenhar.

Os professores indígenas não recebem nenhuma ajuda pedagógica para desenvolverem as atividades em sala de aula. Assim como, não é proposto, nenhum encontro para preparação e planejamento pedagógico do ano letivo.

Apesar dos objetivos desejados pelos indígenas: "que a educação indígena seja realizada como está na LEl n 11.645 de 10 de março de 2008", não existe clareza dos trabalhos indígenas na coordenação e nem dos indígenas nas aldeias. Na verdade, o que fica claro, pela ação visível da secretaria e coordenação, é que eles não sabem o que fazer e, temos dúvidas se realmente querem fazê-lo.

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526





Sobre as APMCs: As Atas, compras e utilização das verbas nas necessidades das escolas, prestação de contas, não são repassados às comunidades, informações suficientes, para que estas possam usufruir do repasse da União, através do FNDE e decidam sobre como utilizar essa verba.

A CIKAJU junto as comunidades, solicitou ao secretário de Educação Junior Lacerda as Atas para fazer o acompanhamento das compras e prestação de contas das escolas contempladas pelo FNDE, mas não foi disponibilizado. Requeremos conhecer e entender, o que aconteceu com as verbas de 2019, 2020 e a possibilidade da utilização da verba que está disponibilizada em 2021?

As Escolas Indígenas contempladas são: Escola Municipal Indígena Hio Leopoldo; Mamori; Damazo; Djaho Kanamari; Sossego Acre; Terra da Lontra (Igarapé. Santa Rita); Torre da Lua; Tsiyowi; Zouana.

Sobre a fiscalização da merenda escolar – Kadji Kanamari e Anewi Kanamari. Solicitam esclarecimento para o fato do Coordenador da Educação Indígena João Luiz e o Secretário Junior Lacerda terem fechado a porta e não permitirem que os indígenas entrassem na sala para participarem da verificação e fiscalização da merenda escolar destinada aos Madiha e Tüküna.

Solicitamos esclarecimento à nutricionista da Secretaria de Educação: - Como foi realizado a lista de merenda regional? E quais os alimentos, quantidades e prazos de validade dos alimentos destinados às aldeias? Mas, até o momento, não recebemos respostas.

Um outro fator a ser colocado é o de que a Coordenador da Educação Indígena e o Secretário de Educação, colocam como

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526





obstáculo para contratação dos indígenas. O fato de não ter no nome escrito Kanamari ou Kulina e/ou por terem pai ou mãe não indígena. É o caso, por exemplo, do indígena Marivaldo Gomes Nogueira, filho de Wade Valdemar Leopoldo Kanamari, (filho de Hio Leopoldo que dá nome à Escola da Aldeia Flecheira, Rio Itucumã) e de Lucilene da Silva Nogueira (não indígena. É casado com Hoha Kanamari, com quem tem 3 filhos. Ele foi escolhido e está documentado com assinaturas pela Aldeia Felicidade, mas está sendo impedido de ser contratado como professor, por não ter concluído o Ensino Médio. O que é possível apenas aos professores ditos “Kanamari/Kulina verdadeiro”, colocando em prova sua identidade e de outros, na mesma situação.

Queremos que sejam ofertados cursos de Educação Continuada para formação de Ensino Médio aos Professores. Coimo foi a exemplo do Curso Pirayawara, concluído em 2014.

Os Madiha e Tüküna que concluíram o Pirayawara e/ou que vieram concluir na cidade estão a muito tempo tentando e aguardando a oportunidade na formação de uma sala de PAFOR em pedagogia, específico para indígenas. Ou na Universidade Estadual do Amazonas – UEA, ou na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. O que, até o momento não foi disponibilizado aos indígenas e/ou aos ribeirinhos. Todas as vagas foram ocupadas por não indígenas, escolhidos por uma equipe da Secretaria de Educação - SEMEC, residentes na sede do município, capacitados a cumprirem os tramites legais do vestibular.

Queremos consultar sobre a possibilidade de um Madiha e um Tüküna poderem ocupar as duas vagas disponíveis na Coordenação da SEDUC no município de Eirunepé, a partir de 2022.

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526





*Kadji Josiel Kanamari*  
Kadji Josiel Kanamari  
Presidente da CIKAJU\*

*Adelina Vilma M. Ribeiro*  
Adelina Vilma M. Ribeiro  
Assessora da CIKAJU

\*CIKAJU\* - Conselho Indígena Kanamari Do Rio Juruá e Juruá  
Rua José Camilo, 155. Bairro São José  
69.880-000 – Eirunepé – AM  
Celular: (97) 984448012 (Kadji)  
(41) 998705460 (Vilma Ribeiro)

Observação:

Madiha – Autodenominação Kulina

Tüküna – Autodenominação Kanamari

Rua: José Camilo – 155 /Bairro São José  
CEP: 69.880-000 - Eirunepé – Amazonas  
Cel. (97) 98444-8012 / 99173-8683/  
(97) 984591487/984541526

